



Curia acolhe 5ª Universidade Europa

Aberta por Carlos Moedas (Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro) e encerrada por Paulo Rangel, realizou-se na Curia em Janeiro a 5ª Edição da Universidade Europa onde participaram 60 jovens.

Pg. 10

EDITORIAL CARLOS COELHO

CRESCIMENTO

Durão Barroso disse que se assiste a um "virar de página". O Presidente da Comissão Europeia referia-se às conclusões do Conselho Europeu de 1 e 2 de Março.

Os líderes europeus concentram-se (e bem) no crescimento e no emprego deixando para segundo plano a retórica da crise e da austeridade.

O Primeiro-Ministro Passos Coelho levou uma proposta concreta. Para o Programa "Impulso Jovem" que visa retirar do desemprego 77 mil a 165 mil jovens pediu 650 milhões de euros.

A Comissão Europeia respondeu que há apenas 352 milhões ou seja que é possível reprogramar os fundos mas que não há mais dinheiro.

Também por aqui passa a eficácia da UE para estimular a economia e criar emprego. Não é possível ter mais Europa com menos dinheiro.

Por isso também o debate sobre as Perspectivas Financeiras 2014/2020 será crucial...

Paulo Rangel reeleito Vice-Presidente do Grupo PPE

Pg. 02



Programa Daphne Vivianne Reding aplaude Relatório de Regina Bastos

Pg. 16

Carlos Coelho preocupado com Passaportes Biométricos falsos

Pg. 05



Paulo Rangel reeleito Vice-Presidente do Grupo PPE com mais de 70% dos votos

Paulo Rangel foi reeleito Vice-Presidente do Grupo do Partido Popular Europeu (Grupo PPE), o maior grupo político do Parlamento Europeu, que conta com 264 Deputados.

Paulo Rangel obteve mais de 70 % dos votos dos Deputados do Grupo PPE. Relativamente à eleição de 2009, Paulo Rangel subiu dois lugares, sendo o quarto candidato à Vice Presidência mais votado a seguir ao alemão Manfred Weber, o espanhol Jaime Mayor Oreja e o Polaco Jan Olbrycht.

Atrás de Paulo Rangel, em número de votos ficaram os candidatos italiano Vito Bonsignore, o romeno, Marian Jean Marinescu, o húngaro, József Szajer, o cipriota Ioannis Kasoulides, a holandesa Corien Wortmann-Kool e o sueco Gunnar Hokmark.

Paulo Rangel foi eleito pela primeira vez Vice-Presidente do Grupo em 2009. Assumiu o pelouro das relações com os Parlamentos Nacionais tendo realizado desde

então 5 Cimeiras de Presidentes de Grupos Parlamentares do PPE. Neste âmbito, Paulo Rangel apresentou logo no início do mandato a proposta da realização do *“Debate sobre o estado da União”*, um debate a realizar, em simultâneo em todos os Estados membros. A proposta, chamada *“Agenda 27”* foi recentemente incluída no documento oficial do Grupo de Trabalho dos *“Parlamentos Nacionais”*.

A Presidência do Grupo PPE é composta pelo Presidente, o Deputado francês, Joseph Daul, e por dez Vice-Presidentes. Os 264 Deputados do Grupo PPE repartem-se pelas seguintes nacionalidades: Alemanha, 42; Itália, 35; França, 29; Polónia, 28; Espanha, 23; Hungria e Roménia 14; Portugal, 10; Grécia, 7; Bulgária, Áustria e Eslováquia, 6; Bélgica, Países Baixos e Suécia, 5; Irlanda Lituânia e Finlândia, 4; Letónia, Luxemburgo e Eslovénia, 3; República Checa, Chipre e Malta, 2; Dinamarca e Estónia, 1.

O PPE é o partido que ocupa o maior número de posições institucionais na União Europeia

(o Presidente do Conselho Europeu, **Herman Van Rompuy**, o Presidente da Comissão Europeia, **José Manuel Durão Barroso**, **Jerzy Buzek** e o Presidente do Eurogrupo, **Jean-Claude Juncker**, são oriundos da família política do PPE) e com maior representação no Conselho Europeu de Ministros.

Dos 28 Estados-Membros (incluindo a Croácia que integrará oficialmente a UE em 1 de Julho de 2013), 17 chefes de Estado ou de Governo são do Partido Popular Europeu: Nicolas Sarkozy (França), Angela Merkel (Alemanha), Donald Tusk (Polónia), Jean-Claude Juncker (Luxemburgo), Traian Basescu (Roménia), Viktor Orbán (Hungria), Fredrik Reinfeldt (Suécia), Enda Kenny (Irlanda), Valdis Dombrovskis (Letónia), Boyko Borisov (Bulgária), Lawrence Gonzi (Malta), Andrius Kubilius (Lituânia), Iveta Radicová (Eslováquia), Jyrki Katainen (Finlândia), Pedro Passos Coelho (Portugal), Mariano Rajoy (Espanha) e Jadranka Kosor (Croácia). O PPE reúne as forças políticas pró-europeias de centro e centro-direita dos Estados Membros da União Europeia.

Mário David saúda progressos em matéria de Direitos Humanos na Colômbia

O eurodeputado **Mário David**, Relator do Parlamento Europeu para o Acordo Comercial entre a União Europeia e a Colômbia e o Perú, visitou Bogotá, na Colômbia onde reuniu com o Presidente da CGT (Confederación General del Trabajo), Julio Roberto Gomez Esguerra, a maior Central Sindical Colombiana.

A troca de impressões com Julio Roberto Gomez Esguerra incidiu essencialmente sobre a questão da protecção dos direitos humanos, dos direitos sindicais e laborais e das disposições do Acordo Comercial sobre estas áreas.

Deste modo, Mário David deu início aos seus contactos com vista à elaboração deste Relatório, com o movimento sindical colombiano. A Confederação Sindical confirmou os progressos implementados na Colômbia nestes domínios.



Política Europeia de Vizinhança: “Dar prioridade à estabilidade democrática e à prosperidade”, Mário David

A Comissão dos Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu adoptou, por esmagadora maioria (55 votos a favor, 0 contra e 5 abstenções) o Projecto de Relatório da Revisão da Política Europeia de Vizinhança, que tem como principais objectivos consolidar a segurança, a estabilidade democrática e a prosperidade nos nossos países vizinhos.

“Com esta votação, conseguimos obter um texto coerente e abrangente, que irá aproximar ainda mais a U.E. dos nossos países vizinhos, tanto a sul como a leste da Europa. Na realização deste Relatório, não fomos influenciados nem ideologicamente, nem geograficamente, nem partidariamente. Fomos sim guiados por uma forte ideia de que a Política de Vizinhança Europeia poderá ser mais eficiente, mais justa e mais ‘orientada pelos valores’”, afirmou Mário David, Membro

do Parlamento Europeu e Relator deste documento para a sua dimensão Sul.

Mário David, Presidente da Delegação para as relações com os Países do Maxereque e Membro da Delegação da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo afirmou ainda que *“somente um maior envolvimento das comunidades e autoridades locais e da sociedade civil poderão assegurar uma eficácia máxima na implementação da nossa Política de Vizinhança. A ideia é a de ‘dar a palavra’ aos cidadãos, bem como a todos os movimentos da sociedade civil que se identificam com os nossos valores, dando apoio a movimentos organizados que se esforçam por obter mudanças positivas e democráticas nos seus países: melhorando os direitos das mulheres e das crianças, construindo e aprofundando os princípios democráticos da liberdade (de expressão, de associação, de crenças religiosas, de imprensa,*

de escolha, etc), eleições justas ou combate à corrupção, o Estado de Direito, maior justiça social, o respeito pelas minorias, protecção ambiental e eficiência dos recursos’.

De acordo com o Eurodeputado Português, *“a União Europeia terá que seguir uma abordagem ‘de baixo-para-cima’ nas suas relações com os países vizinhos, com uma Política ‘feita à medida’, aumentando desta forma o seu apoio ao desenvolvimento e à capacitação institucional (institution-building), à sociedade civil e ao desejo de iniciar processos de democratização, em particular no que diz respeito à participação das mulheres e ao desenvolvimento sócio-económico, condições prévias para uma estabilização a longo prazo”. E concluiu: “ao ajudar a resolver os problemas económicos dos nossos parceiros vizinhos do sul, resolveremos também os problemas de migração.”*

Maria da Graça Carvalho congratula-se com o acordo

alcançado na COP17 e afirma que em Durban começou uma nova era

Maria da Graça Carvalho, que integrou a delegação do Parlamento Europeu em Durban, regozijou-se durante o debate na sessão plenária, com os resultados obtidos no passado mês de Dezembro na Conferência do Clima.

Maria da Graça Carvalho reconheceu *“o papel preponderante da UE durante as negociações”* e congratulou-se com o acordo alcançado, a Plataforma de Durban, *“o qual será negociado até 2015 para entrar em vigor em 2020”*.

A deputada europeia acredita que em Durban *“começou uma nova era. A era de um novo multilateralismo, na qual os compromissos de todos os países, industrializados e em desenvolvimento, terão o mesmo valor legal”*.

Maria da Graça Carvalho disse também que



“por ser flexível, a Plataforma de Durban representa uma oportunidade, para a UE, de conciliar a luta contra as alterações climáticas com o crescimento económico”.

A deputada recordou que em Durban, foi também decidido um segundo período de cumprimento no âmbito do Protocolo de Quioto, que começará a 1 de Janeiro de 2013 e terá uma duração de 5 a 8 anos, *“assegurando, deste modo, a continuidade entre o protocolo de Quioto e o seu sucessor”*.

Maria da Graça Carvalho, integra a Comissão de Indústria, Inovação e Energia do Parlamento Europeu e foi a única eurodeputada portuguesa presente na 17ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas. A COP17 realizou-se em Durban, de 28 Novembro a 9 Dezembro. 

Horizon2020 será o motor para o crescimento e o emprego

Maria da Graça Carvalho diz que o Programa-Quadro Horizonte 2020 apresentado pela Comissão Europeia contem as prioridades *“correctas e pelas quais me tenho batido no meu trabalho no Parlamento Europeu”*.

Nomeadamente, a Comissão anunciou o aumento do financiamento para a investigação e inovação, que passa de 52 mil milhões de euros, para 80 mil milhões de euros; uma maior simplificação e uma distribuição equilibrada entre os três pilares fundamentais: um pilar orientado para a ciência, um segundo pilar orientado para os grandes desafios sociais e um terceiro pilar orientado para a indústria.

A deputada acrescenta que *“as regras de participação estão na generalidade de acordo com o meu relatório sobre a simplificação das regras de participação nos programas de Ciência e Inovação, em questões importantíssimas para os investigadores tais como o IVA ser considerado*

elegível para instituições que não o possam recuperar e o reembolso a 100% dos custos directos”. O programa também inclui novas regras para facilitar às universidades o recrutamento de jovens investigadores; a abolição dos *time-sheets* para quem trabalha exclusivamente em projectos europeus; um único conjunto de regras para todos os instrumentos do programa; maior ligação com os fundos estruturais e a inclusão do mecanismo *“stairway to excellence”*.

Maria da Graça Carvalho, que tem estado envolvida na definição do futuro programa quadro para a Ciência e a Inovação na qualidade de membro da Comissão ITRE e da Comissão dos Orçamentos, sublinha também a importância do aumento substancial para o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT), o qual receberá 2,8 mil milhões de euros de financiamento ao abrigo deste programa; e o aumento de 77% no financiamento para o Conselho Europeu de Investigação *“cuja acção se tem revelado um sucesso”*.

A deputada europeia também se congratula com outra das novidades do Horizon2020. Dentro do segundo pilar orientado para os grandes desafios sociais, as prioridades são a saúde, seguida da energia segura, não poluente e eficiente; transportes inteligentes, ecológicos e integrados. O programa também prevê financiamento para a investigação marinha e marítima e bioeconomia, *“uma área de muito interesse para Portugal”*.

Maria da Graça Carvalho, acredita que *“a investigação e a Inovação são os motores para o crescimento económico e por isso mais financiamento nestas áreas podem ser a solução para a saída da crise que a Europa atravessa”*. A deputada europeia, que foi responsável pela simplificação dos programas de ciência e inovação, adoptado em plenário em Novembro de 2010, conclui que *“agora, é preciso analisar os detalhes do documento, principalmente o que diz respeito às regras de participação”*. 

Carlos Coelho quer esclarecimentos sobre emissão de Passaportes Biométricos Falsos

No seguimento de denúncias na imprensa francesa **Carlos Coelho** questionou a Comissão Europeia sobre a **emissão de passaportes biométricos falsos** no espaço europeu.

Foi denunciado, pela imprensa francesa que cerca de 500.000 a 1.000.000 dos passaportes biométricos (presumivelmente mais seguros) em circulação são falsos, tendo sido obtidos com base em documentos (os chamados "breeder documents") obtidos de forma fraudulenta.

Desde a introdução dos passaportes biométricos em França, no final de Outubro de 2008, o número de passaportes em circulação nesse Estado-Membro já se eleva a cerca de 6,5 milhões.

Carlos Coelho questionou de imediato a Comissão Europeia se **"tem conhecimento dessas alegações, bem como da existência de factos que possam comprovar ou desmentir essas alegações?"**

O social-democrata, membro efectivo da Comissão das Liberdades, Justiça e Assuntos Internos do Parlamento Europeu, ressaltou que *"enquanto Relator do Parlamento Europeu para o Regulamento de 2004 relativo à introdução dos dados biométricos nos passaportes e subsequente alteração em 2008, alertei para o facto de existirem grandes disparidades entre Estados-Membros relativamente aos documentos que deverão ser apresentados (por ex. certificados de nascimento, cartas de condução, cédula pessoal, etc), bem como à forma como eles são emitidos. Uma vez que o nível de segurança utilizado nesses documentos é inferior ao utilizado na elaboração dos passaportes contendo dados biométricos protegidos por sistemas mais rigorosos (sistemas de infra-estrutura de chaves públicas), existe o risco de estarem mais facilmente sujeitos a falsificação ou contrafacção"*.

"A segurança dos passaportes não se esgota no passaporte em si", acrescentou. "Todo o processo que tem início com a apresentação



dos documentos necessários para a emissão dos passaportes, seguido da recolha dos dados biométricos e terminando com a verificação e "matching" nos postos de controlo transfronteiriços é relevante".

Faz pouco sentido aumentar o nível de segurança existente nos passaportes se permitirmos a existência de "pontos fracos" nos outros elementos da cadeia.

Tendo em conta a cláusula de revisão prevista no Regulamento, Carlos Coelho quer saber se o estudo comparativo relativo aos índices de erro registados no processo de "matching", contendo igualmente uma análise relativa à necessidade de se criarem regras comuns em relação aos "breeder documents" já está disponível. E caso se justifique, se a Comissão tem a intenção de apresentar as propostas legislativas necessárias? [E](#)

Maria da Graça Carvalho, melhor Eurodeputada 2011 para a Investigação e Inovação

A eurodeputada portuguesa do PSD, **Maria da Graça Carvalho**, recebeu em Bruxelas o prémio de **melhor deputada ao Parlamento Europeu 2011 na área da Investigação e Inovação**.

Durante a cerimónia de entrega dos prémios, a eurodeputada declarou que o prémio atribuído se trata de uma “vitória” da Comissão de Indústria, Investigação e Energia e da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu, das quais é membro.

Maria da Graça Carvalho defendeu também que a investigação *“é essencial para o futuro da Europa e que por este motivo, precisamos de programas simples e bem financiados com as prioridades certas”*. Ao concluir, recordou que estas têm sido as suas cruzadas no último ano.

Os Prémios de Melhor Deputado ao Parlamento Europeu, é uma iniciativa da revista The Parliament Magazine. Com três finalistas em cada uma das 16 categorias, Maria da Graça Carvalho foi escolhida pelos restantes eurodeputados.

Durante o seu trabalho no Parlamento Eu-



ropeu, Maria da Graça Carvalho tem-se dedicado às áreas da Investigação e Inovação, nomeadamente:

- **Simplificação:** Foi relatora para a Simplificação dos Programas de Ciência e Inovação. No documento, o qual mereceu o apoio de todos os grupos políticos, foram apresentadas 71 recomendações com o objectivo de tornar a participação no actual Sétimo Programa-Quadro de Investiga-

ção da UE mais atractiva e mais acessível para os melhores investigadores e para as empresas mais inovadoras, sobretudo para as pequenas e médias empresas (PME).

- **Financiamento da Ciência e da Inovação:** Na qualidade de membro da Comissão SURE, Maria da Graça Carvalho tem-se batido pelo aumento do financiamento na Ciência e na Inovação. Neste âmbito, fez parte do grupo de deputados que recomendou a duplicação do orçamento para o próximo programa quadro de Ciência e Inovação. Foi também responsável pela criação de um documento interno sobre as sinergias entre o programa quadro de investigação e os fundos estruturais.
- **HORIZON 2020:** Na qualidade de membro da Comissão ITRE e da Comissão dos Orçamentos, Maria da Graça Carvalho tem estado envolvida na criação do futuro programa quadro para a Ciência e a Inovação com o objectivo de que o próximo programa quadro esteja baseado em três pilares fundamentais: um pilar orientado para a ciência, um segundo pilar orientado para os grandes desafios sociais e um terceiro pilar orientado para a indústria. 

“Diogo Vasconcelos deixou um vazio no mundo da inovação na Europa”

O Presidente da Comissão Europeia, **José Manuel Durão Barroso**, prestou uma homenagem a **Diogo Vasconcelos**, por ocasião da apresentação internacional do primeiro protótipo do HIRIKO, um modelo de mobilidade sustentável e um exemplo de inovação social.

A cerimónia teve lugar na Comissão Europeia e contou com a presença de comissários, altos cargos e máximos responsáveis da Comissão Europeia, Parlamento e Conselho de Europa, representantes do mundo da inovação social, indústria e empresas de todo o mundo.

Diogo Vasconcelos faleceu em Julho passado e foi um prestigioso inovador, alto directivo da multinacional Cisco, e o iniciador da ideia que deu origem ao projecto Hiriko *“integrando o conceito de inovação social a um novo produto necessário para as cidades e regiões inteligentes em matéria de mobilidade”*.

Durante a cerimónia, Maria da Graça Carvalho proferiu umas palavras sobre *“o amigo e colega”*. Para a deputada europeia, Diogo Vasconcelos *“tinha uma capacidade única para construir pontes e criar redes internacionais. Diogo foi um visionário que falava*

das vantagens verdadeiras da inovação social quando ninguém falava neste conceito, o que levou a que muitos princípios da inovação social fossem incorporados em muitas políticas e programas europeus”.

Maria da Graça Carvalho, que trabalhou com Diogo Vasconcelos na sua etapa de conselheira principal do Presidente Barroso e como Ministra de Ciência e Ensino Português, também disse que Diogo tinha uma habilidade *“maravilhosa para ver o lado positivo das coisas e para tirar o melhor das pessoas fazendo-as acreditar que podiam fazer a diferença”*. 



Proposta para aumento de participação

para Portugal em fundo de apoio a trabalhadores despedidos

O Eurodeputado do PSD **José Manuel Fernandes** propôs, em plenário do Parlamento Europeu, um **aumento para 95%** na comparticipação do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) para os **Estados-Membros sob assistência financeira, como é o caso de Portugal.**

Trata-se de um fundo com dotação anual de 500 milhões de euros e que é destinado a apoiar directamente trabalhadores despedidos, mas que apresenta uma taxa de execução extremamente baixa, conforme denunciou José Manuel Fernandes no plenário que decorre em Estrasburgo.

Face à dimensão e efeitos da crise actual, o Eurodeputado sublinhou que *"impressiona o facto da totalidade das candidaturas aprovadas desde 2007 ter uma contribuição total deste Fundo de apenas 370 milhões de euros, o que corresponde a 14% do montante disponível"*. Em 5 anos, não foi utilizado sequer o montante que estava disponível para apenas 1 ano.



José Manuel Fernandes explicou que a situação se deve à *"complexidade"* e sobretudo à baixa comparticipação europeia deste fundo, que é de apenas 65%, *"o que coloca entaves aos Estados-Membros que estão com maiores dificuldades financeiras"*.

O Eurodeputado do PSD frisou ainda que a proposta para que a comparticipação do FEG suba para os 95% se enquadra na fundamentação *"do que já foi aprovado recentemente pelo PE relativamente aos fundos da política de coesão e do FEADER"*, com aumento das taxas de co-financiamento para 95%.

A proposta do Eurodeputado José Manuel Fernandes foi apresentada no âmbito da discussão do relatório sobre a candidatura ao FEG para o apoio a 4445 trabalhadores franceses despedidos.

Numa intervenção que provocou a reacção da eurodeputada francesa Berès Pervech, o eurodeputado português aproveitou para, face a suspeições criadas em torno de tentativas de enviuamento do processo, desafiar o plenário a aprovar a candidatura ao fundo e a demonstrar que *"o FEG não pode em momento algum ser utilizado como arma de arremesso político, tendo em vista calendários eleitorais, pois tal prejudica em primeira instância os interesses dos trabalhadores"*. 



Síria: "Um regime podre", acusa Mário David

Mário David iniciou a sua intervenção afirmando que *"gostaria de pensar que esta casa da democracia europeia repudia unanimemente o comportamento do Presidente Assad e das Autoridades sírias na chacina do seu próprio povo a que, impotentes, assistimos quotidianamente. Porque é importante que a Europa se possa pronunciar a uma só voz sob o significado dos valores de respeito pela vida humana, face a um massacre indiscriminado ignobilmente orquestrado!"*

Acrescentou Mário David em Estrasburgo afirmou que *"toda a comunidade internacional tem que manter a pressão sobre o regime sírio através da aplicação de novas medidas restritivas. Os assassinatos têm que parar! E isto não é negociável"*, lembrando que se deverá *"insistir no diálogo, sem dúvida. Uma Síria democrática*

necessita de um período de transição e de garantias para todas as suas minorias".

Lembrou contudo que *"a aplicação de medidas mais restritivas ao regime sírio não estará concluído se todos os países não remarem na mesma direcção. E isto não tem, clara e infelizmente, acontecido"*.

Questionou por isso Mário David: *"além de milhares de mortos, entre as duas resoluções vergonhosamente rejeitadas no Conselho de segurança das Nações Unidas, o que mudou? Continuamos a reprovar a posição da China e da Rússia, cada vez mais isoladas relativamente ao seu inacreditável apoio ao regime sírio. Tudo o resto se mantém!"*. Concluindo que *"Um regime podre, desesperado e encurralado continua a governar um país... E nós, comunidade internacional, continuamos impotentes para travar o genocídio de um povo!"*

Mário David, pediu por isso um *"endurecer da acção da União Europeia e da comunidade internacional"*, que deverá passar por dar um apoio mais concreto à Liga Árabe nas suas intenções de enviar uma força de manutenção de paz para a Síria, apoiar sem reservas o trabalho do Crescente Vermelho nos seus esforços de minimização do sofrimento das populações, pela intervenção do Tribunal Penal Internacional que tem que encetar de imediato diligências com vista à punição dos responsáveis pelos crimes que estão a ser perpetrados contra a humanidade!

E, como forma de pressão sobre os países que mantêm o apoio a Assad, proibir também já as trocas comerciais da União Europeia com todas as empresas russas ou chinesas. 

Carlos Coelho interroga Comissão e Conselho sobre as condições de detenção na União Europeia

O Parlamento Europeu debateu em Estrasburgo as **condições de detenção nas prisões europeias**. Carlos Coelho questionou o Conselho e a Comissão Europeia sobre este problema.

Na sua intervenção em plenário Carlos Coelho recordou que tem defendido **“o reforço da cooperação judiciária em matéria penal, para estabelecer um verdadeiro espaço judiciário europeu, promover um auxílio judiciário rápido e eficaz, respeitando as garantias fundamentais de defesa, as garantias processuais e os princípios gerais em matéria de Direitos Humanos”** mas que **“ainda existem enormes diferenças entre Estados-Membros ao nível das condições de detenção. Nalguns Estados-Membros essas condições estão abaixo do limiar aceitável, pondo em risco não só a cooperação judiciária em matéria penal ao nível da UE, mas levantando também preocupações em termos de protecção de direitos fundamentais e da eventual violação da Carta de Direitos Fundamentais”**.

Existem diferenças significativas em termos de **sobrelocação de prisões** (existe sobrelocação em 13 EM, com destaque para a Bulgária, Itália e Chipre), **inadequação das estruturas penitenciárias**, **elevado número de detidos em prisão preventiva** (percentagem mais elevada no Luxemburgo, Itália e Chipre), bem como a média do período de tempo passado em prisão preventiva (embora a prisão preventiva deva ser uma medida de carácter excepcional e períodos de detenção, anterior ao julgamento, devem ser usados em casos de estrita necessidade e por um período limitado), tratamentos desumanos e degradantes, número de mortes e suicídios, etc.

Estas situações abalam a confiança mútua entre Estados-Membros e levam a que autoridades judiciais dos Estados-Membros mostrem relutância, ou mesmo, recusem a execução de uma decisão tomada noutro Estado-Membro. Têm sido várias as recusas de entrega de detidos, com base num mandado de detenção europeu, por o Estado-Membro em questão considerar como inaceitáveis as



condições de detenção no Estado-Membro para onde essa pessoa deve ser enviada.

Para o social-democrata **“a cooperação judiciária em matéria penal deve ser norteada pela confiança entre os Estados-Membros, com base no princípio do reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais e mesmo tendo em consideração que “as**

condições de detenção e a gestão das prisões continuam a ser da responsabilidade dos Estados-Membros, mas não pode haver confiança mútua sem o respeito pelos direitos fundamentais, e sem um esforço de aproximação dos direitos dos suspeitos e arguidos e dos direitos processuais no quadro do processo penal”.

O Parlamento Europeu tem apelado à Comissão Europeia para estabelecer um quadro comum dos direitos dos detidos na UE, estabelecendo normas mínimas comuns.

“Espero que a Comissão nos possa apresentar uma iniciativa tendo em conta os resultados da consulta pública suscitada pelo Livro verde que apresentou em Junho deste ano e apelo aos Estados-Membros para que tomem medidas urgentes no sentido de garantir que os Direitos fundamentais dos reclusos, em particular os direitos das pessoas vulneráveis, sejam respeitados e protegidos e que apoiem a aplicação de normas mínimas de detenção comuns em toda a UE”, concluiu o eurodeputado português.

Carlos Coelho defende acesso do público aos documentos do Parlamento e da Comissão

O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo, o relatório Cashman relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão.

“É importante aproveitar a abertura dada pela entrada em vigor do Tratado de Lisboa para fazer chegar aos cidadãos a mensagem de que as instituições, organismos e agências da UE estão prontos a elevar a transparência da União ao nível do que é exigido pelo novo Tratado”, defendeu Carlos Coelho em Estrasburgo.

A aprovação deste Regulamento deverá tornar o acesso do público aos

documentos tratados pelas instituições, organismos e agências da UE mais fácil, dando a oportunidade de ordenar as diferentes disposições existentes de forma mais coerente e razoável, com vista a tornar o processo europeu de tomada de decisões mais compreensível.

Ao concluir Carlos Coelho referiu que **“este impasse institucional dá uma imagem muito negativa da UE e das suas instituições, pelo que apelo a ambos os co-legisladores para darem sinais de uma maior abertura e sentido de compromisso em benefício dos cidadãos e de salvaguarda do seu direito fundamental de acesso aos documentos e participação no processo político”**.

Portugal deve aproveitar melhor recursos da União Europeia

Como ajuda para promover crescimento económico e assegurar maior credibilidade na negociação do próximo quadro financeiro, **Portugal deve aproveitar melhor recursos da União Europeia.** O Eurodeputado **José Manuel Fernandes** defendeu a ideia na Assembleia da República, onde foi ouvido em audição nas comissões de Assuntos Europeus e de Orçamento, Finanças e Administração Pública, enquanto relator dos orçamentos das instituições da UE para 2012.

O Eurodeputado José Manuel Fernandes esteve na Assembleia da República para explicar o processo orçamental da União Europeia e o contexto das negociações para o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020.

Perante os deputados portugueses, José Manuel Fernandes sublinhou a importância de Portugal encetar rapidamente iniciativas que garantam um melhor aproveitamento dos recursos comunitários disponíveis, ainda no actual quadro financeiro plurianual europeu, que termina em 2013.

“É fundamental aproveitar bem os fundos comunitários, antes de mais como recurso para promover o crescimento económico, o que ganha uma importância acrescida em tempo de crise e face ao problema das dívidas soberanas. Mas também é importante por uma questão de credibilidade para a defesa da posição de Portugal na definição do próximo Quadro Financeiro Plurianual”, afirmou José Manuel Fernandes.

Para superar a **má execução do QREN-Quadro de Referência Estratégico Nacional**, o Eurodeputado do PSD explicou que a Comissão Europeia já se manifestou favorável a um aumento de comparticipações comunitárias dos projectos e a adiantamentos de pagamentos, assim como está disponível para alterações nos Programas Operacionais.

Na audição parlamentar, José Manuel Fernandes salientou a forte dependência do orçamento da UE em relação aos contributos directos dos Estados-Membros, pelo que se manifestou claramente favorável ao reforço e criação de novos recursos próprios da União Europeia, com particular destaque para a criação de uma taxa sobre as tran-

sacções financeiras, conforme proposta da Comissão Europeia.

Relativamente ao próximo **Quadro Financeiro Plurianual**, o Eurodeputado adiantou que os recursos financeiros serão orientados para a concretização da **Estratégia da Europa 2020** e dos seus objectivos: 75% da população activa empregada, mais investimento em investigação, redução das taxas de abandono escolar, diminuição da pobreza e economia mais ambiental com redução de emissões e aumento da eficiência energética e produção de energias renováveis.

No que toca ao **orçamento da UE para 2012**, José Manuel Fernandes deu conta dos entraves que têm sido levantados pelo Conselho e da escassez de recursos, mas mostrou-se esperançado que os Estados Membros – sobretudo Reino Unido, Suécia, Finlândia e Dinamarca – façam cedências

em relação às propostas da Comissão e do Parlamento.

No projecto de orçamento, a Comissão propôs uma dotação superior a 147,8 mil milhões de euros para autorizações e mais de 132,7 mil milhões de euros para pagamentos. No entanto, o Conselho fez cortes de 1,59 mil milhões em autorizações (-1,08%) e 3,65 mil milhões em pagamentos (-2,75%). Já o Parlamento apoia uma versão mais próxima da Comissão: com menos 62 milhões de euros em autorizações e mais 404 milhões em pagamentos.

Relativamente aos orçamentos das instituições da União Europeia e concretamente do Parlamento, José Manuel Fernandes sublinhou que a actualização orçamental foi uma das baixas da História e assegurou que foram efectuados todos os cortes possíveis, sem pôr em causa a necessidade da excelência governativa e a concretização de compromissos e obrigações legais. 



5ª Universidade Europeia



Eng. Carlos Moedas no Jantar-Conferência de abertura sobre Portugal no Euro



SEXTA-FEIRA

19.00h Recepção aos participantes
20.00h Jantar-Debate
Abertura
Carlos Coelho
Duarte Marques

TEMA 1: Portugal no Euro
(Relevância do Euro
para Portugal)
CARLOS MOEDAS

SÁBADO

9.30h TEMA 2: Porque é que a PAC
é tão importante?
(Grandes princípios da PAC e a
sua relevância na História da UE
e na actualidade orçamental e
de relação com Países terceiros)
MARIA DO CÉU PATRÃO NEVES

12.30h Almoço-debate
TEMA 3 : Sair da Crise
Promover o Crescimento
e o Emprego
(Saídas europeias para a Cri-
se e medidas de promoção do
crescimento e de fomento do
emprego)
REGINA BASTOS

15.00h TEMA 4: Como funciona a UE ?
(Instituições, competências,
processo legislativo e Tratado
de Lisboa)
CARLOS COELHO

17.15h pausa para café

17.45h TEMA 5: Quem paga a UE?
(Estrutura do orçamento, pro-
cesso de aprovação, receitas e
despesas, perspectivas finan-
ceiras e debate sobre recursos
próprios)
JOSÉ MANUEL FERNANDES

20.30h Jantar-debate
TEMA 6: Liderando no Ambiente
(De Quioto a Cancún a UE na
liderança das preocupações
ambientais)
MARIA DA GRAÇA CARVALHO

DOMINGO

10.00h Debate sobre os inquéritos
dos participantes
(Debate comentado por um
Deputado na base das res-
postas dadas pelos partici-
pantes a um inquérito preen-
chido no 1º dia sobre temas
europeus)
CARLOS COELHO

12.30h Encerramento
e distribuição
de diplomas
DUARTE MARQUES
PAULO RANGEL

Almoço de despedida

Patrão Neves promove encontro com os dirigentes do PSD/Açores em Bruxelas



A convite da Eurodeputada **Patrão Neves**, responsáveis do PSD/Açores visitaram o Parlamento Europeu e participaram em várias reuniões de trabalho com o objectivo de concertarem estratégias entre os decisores a nível europeu e a própria Região Autónoma dos Açores.

Segundo Patrão Neves *“esta jornada de trabalho irá permitir uma melhor articulação entre os órgãos decisores da União Europeia, especialmente no que concerne às políticas que mais interessam aos Açores como as pescas, agricultura, entre outros e os responsáveis locais. É no fundo, uma acção de facilitação de contactos, troca de experiências e também de valorização do papel e importância da Europa em regiões como a nossa. Há que sensibilizar todos para estarem na linha da frente de defesa do projecto europeu”*.

Esta iniciativa, que conta com mais de duas dezenas de elementos de todas as ilhas do arquipélago e com a Presidente do PSD/Açores Dra. **Berta Cabral**, servirá para o aprofundamento do conhecimento das várias estruturas ao nível da decisão na Europa, bem como será responsável por uma maior ligação entre todos os intervenientes da área política do PSD, de modo a servir de impulso para a vitória que o partido espera alcançar já nas próximas eleições regionais de Outubro. 



Cerimónia sobrelotada

Mais de 300 pessoas passaram pelo Lar de Santa Teresa, em Viana do Castelo, para marcar presença na apresentação pública da *‘Agenda Pela Nossa Terra’* do eurodeputado **José Manuel Fernandes**. O auditório acabou por revelar-se demasiado pequeno, para uma cerimónia que abriu com a exibição de um vídeo sobre o Minho e a Europa realizado por alunos da Escola Secundária de Monserrate, no âmbito do Prémio Escola na Europa. Foram muitas as pessoas que acabaram por não conseguir entrar no auditório. Presentes estiveram personalidades de diferentes quadrantes políticos e sectores de actividade, como o reitor da Universidade do Minho, António Cunha, e responsáveis de outras instituições de ensino superior da região, os directores da Segurança Social de Braga e Viana do Castelo, Rui Barreira e Paulo Vale. Deputados dos distritos de Braga, Viana do Castelo e também do Porto, vários presidentes de Câmara, nomeadamente de Viana do Castelo, Monção, Ponte da Barca e Valença, a par de muitos autarcas, como os vereadores Hugo Pires (Braga), Benjamim



Pereira (Esposende), Emanuel Magalhães (Amares) e Luís Filipe Silva (Vila Verde), e do ex-líder socialista Martinho Gonçalves. Foram também muitos os presidentes de Junta dos diferentes concelhos do Minho, desde Viana do Castelo a Braga (como Firmino Marques). Entre os presentes ressaltavam presidentes de IPSS, provedores de misericórdias e diversos dirigentes associativos. 

Nuno Teixeira entregou o parecer jurídico ao Comissário Europeu

sobre a desconformidade da tributação do IVA às ajudas POSEI

Eurodeputado madeirense encontrou-se com o Comissário Europeu da Agricultura Dacian Ciolos.

Nuno Teixeira reuniu-se, em Estrasburgo, com o Comissário Europeu da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Dacian Ciolos, em torno da questão da tributação do IVA às ajudas financiadas pelo programa POSEI – Programa de Opções Específicas para o Afastamento e Insularidade.

Neste encontro, o Eurodeputado madeirense teve a oportunidade de remeter, como havia prometido, ao Comissário Europeu da Agricultura, o parecer jurídico que sustenta **haver tributação indevida por parte do Estado português**, em sede de IVA, a que estão sujeitas as ajudas POSEI.

Para Nuno Teixeira, *“Importa agora ver qual o seguimento que a Comissão Europeia dará ao assunto, sendo certo que se trata de uma situação ilegal que viola o direito da União Europeia e desvirtua a própria finalidade do programa POSEI. Assim, pode o Estado português pode vir ser sancionado por este facto,*



caso a Comissão avance para uma acção junto do Tribunal de Justiça da União Europeia”.

“O que é urgente, por agora, porém, é que se minimizem os efeitos desta situação, nomeadamente, que o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais revogue de imediato o Despacho que determina a tributação e que as empresas sejam

ressarcidas dos montantes ilegalmente pagos, por exemplo, através de um mecanismo de compensação com o IVA futuro a pagar”. Nesse sentido, durante esta semana, serão também enviadas cópias do parecer aos Senhores Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e da Agricultura, insiste o Deputado ao Parlamento Europeu. [E](#)

Nuno Teixeira interpela Comissário Europeu sobre Fundos e Emprego

Na sessão plenária do Parlamento Europeu o Deputado Nuno Teixeira salientou ao Comissário Europeu de Desenvolvimento Regional, Johannes Hahn, que Portugal apenas tem por afectar 3.000 milhões de Euros de fundos estruturais, ou seja, 14% do total de fundos que o país teve direito a receber entre o período de 2007 a 2013 e que ainda não foram devidamente alocados.

Nuno Teixeira entende que *“em Portugal, a taxa de desemprego atinge os 13,6% e a taxa de desemprego jovem é de 29,9%,*

sendo urgente aproveitar os fundos comunitários ainda não alocados para definir e adoptar novas medidas públicas com vista a estimular o crescimento económico, gerar riqueza e criar emprego”.

Reagindo às declarações de Durão Barroso, o Eurodeputado salienta que *“é fundamental orientar esta verba para dinamizar a actividade económica, nomeadamente através de apoios efectivos a investimentos realizados pelas PME’s, reforçar as actividades de Investigação e Inovação, estimular a actividade internacional e incentivar o*

empreendedorismo”.

Em resposta, o Comissário Hahn referiu que as regras foram definidas em 2005 e 2006 e que a actual situação económica mudou radicalmente, sendo necessário ajustar os fundos comunitários à nova realidade dos Estados-membros. Além deste facto, Johannes Hahn entende que a Política de Coesão deve estar ainda mais orientada para investir em programas que criem crescimento e emprego, auxiliando os países europeus a solucionarem os problemas económicos e sociais que enfrentam. [E](#)

Política de Concorrência da UE conta com o apoio de Regina Bastos

A saída da crise exigirá um novo empenho nas políticas de crescimento e no reforço da competitividade da UE à escala interna e global.

A política de concorrência da União Europeia trouxe muitos benefícios em termos de bem-estar dos consumidores continuando a ser um instrumento essencial para a supressão dos entraves à livre circulação de mercadorias, dos serviços, das pessoas e dos capitais.

A política de concorrência continua a ser essencial para preservar o mercado único e proteger os interesses dos consumidores. A saída da crise exigirá um novo empenho nas políticas de crescimento e no reforço da competitividade da UE à escala interna e global. O presente relatório, que apoiei, apresenta recomendações relativas à política de concorrência no que toca aos seguintes aspectos:

- controlo dos auxílios estatais propõe um sistema permanente de regulação e o fim das medidas temporárias, assim que a situação económica o permita;
- controlo das concentrações, mesmo em tempo de crise, pois estas podem gerar problemas graves no futuro;
- incentiva a Comissão Europeia a participar na Rede Internacional da Concorrência.

Por fim, apela à Comissão Europeia que apresente no início de cada ano o Programa de Trabalho no domínio da concorrência que inclua os instrumentos vinculativos e não vinculativos relativos à concorrência a adoptar durante o ano seguinte, bem como das consultas públicas previstas.

RUP reclamam mais apoios até 2020

Chegou a hora de passarmos das palavras aos actos», disse **Nuno Teixeira**, em Bruxelas

O eurodeputado madeirense Nuno Teixeira apresentou o relatório denominado “O papel da política de coesão nas Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, no contexto da estratégia EU2020” e que conta com a presença de especialistas nacionais e da Comissão Europeia.

A audição pública na Comissão REGI visa debater o documento de trabalho elaborado pelo parlamentar insular, sendo suportado por um parecer do ex-comissário espanhol, Pedro Solbes, que marca presença e que há pouco tempo apresentou um estudo sobre o aprofundamento do mercado interno nas Regiões Ultraperiféricas (RUP), encomendado pelo comissário europeu para o Mercado Interno, Michel Barnier.

O estudo, segundo adiantou-nos Nuno Teixeira, «traz um conjunto de propostas que tem um grande trunfo para as RUP», visto não serem apresentadas pelos deputados das Regiões, nem pelos governos dessas Regiões. «São propostas apresentadas por uma entidade externa independente», ou seja, sem a carga parcial de pertencerem às próprias RUP, as principais interessadas, coniferando assim as propostas uma força adicional.

Nuno Teixeira reclama no estudo uma alteração a política de coesão apresentada pela Comissão Europeia, nomeadamente ao nível do próximo Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020. «Há uma série de indicadores que são decepcionantes e que não auguram um futuro muito colorido, que é o envelope específico para as Regiões Ultraperiféricas no âmbito do FEDER, próprio das RUP e das Regiões nórdicas de baixa densidade populacional que comparado com o anterior quadro que termina apresenta uma redução de 976 milhões de euros para 926 milhões de euros, ou seja, uma redução de aproximadamente cinco por cento», apontou Nuno Teixeira, lamentando a perda de 50 milhões de euros no próximo QCA.

Em contrapartida, a União Europeia «de forma incompreensível» garante um envelope financeiro para as Regiões Objectivo 2 ou “as Regiões Competitividade e Emprego (nas quais se insere a Madeira) que vão sofrer uma diminuição de apoios na ordem dos três por cento, passando



dos 55 mil milhões de euros para 53 mil milhões de euros. «Torna-se assim difícil de explicar aos cidadãos das RUP, com grandes dificuldades, que este grupo de regiões saia prejudicado em relação a um conjunto de regiões mais ricas e com PIB elevado», lamentou.

Nuno Teixeira entende que deve aproveitar a oportunidade que tem no debate do documento do qual é relator, e com a presença dos peritos, para tentar fazer ver aos colegas da Comissão de Desenvolvimento Regional (REGI), que estas Regiões Ultraperiféricas deviam ter um tratamento preferencial.

«Chegou a hora de passarmos das palavras aos actos e o Pedro Solbes traz a mais-valia que é apresentar à Comissão propostas concretas, cerca de 21 recomendações, para ajudar as RUP, nomeadamente quanto ao aumento do financiamento para as PME e melhorar a acessibilidade às Regiões Ultraperiféricas», realçou Nuno Teixeira, convicto que tudo isto se possa traduzir na prática em termos de fundos estruturais no próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Nuno Teixeira garante que o Partido Popular Europeu, família política na qual se insere o PSD, está sensibilizado para as ultraperiferias e mostrou-se convicto de que uma possível adesão de Aruba às RUP, em 2012, venha a fortalecer o “lobby” das Regiões, mormente pela entrada da Holanda na organização.

Regina Bastos apoia Proposta de Resolução

A Internet aberta e a neutralidade da rede na Europa

O quadro regulamentar da UE nas telecomunicações de 2009, salvaguarda os princípios da neutralidade e da abertura da Internet e promove a capacidade de os consumidores acederem e distribuírem informação, sem discriminação quanto aos conteúdos, aplicações e serviços da sua escolha.

O carácter aberto e neutro da Internet tem sido um incentivo para mais competitividade, crescimento económico e inovação, que resultou em níveis extraordinários de desenvolvimento das aplicações, conteúdos e serviços em linha.

Nesse contexto, o quadro regulamentar da UE nas telecomunicações de 2009, salvaguarda os princípios da neutralidade e da abertura da Internet e promove a capacidade de os consumidores acederem e distribuírem informação, sem discriminação quanto aos conteúdos, aplicações e serviços da sua escolha.

Infelizmente, algumas práticas comerciais abusivas na gestão do tráfego, como a título de exemplo o bloqueamento de acesso ao Skype, podem pôr em causa este princípio de neutralidade da Internet.

É neste contexto fundamental defender condições mínimas necessárias à neutralidade da Internet tais como a concorrência efectiva nas comunicações electrónicas, a transparência na gestão do tráfego e a qualidade do servi-

ço, bem como a facilidade para os consumidores de mudar para um novo prestador que melhor corresponda às suas necessidades e preferências

Para que a internet possa continuar a fornecer serviços de elevada qualidade num quadro que promova e respeite os direitos fundamentais, votei a favor desta Resolução. [E](#)

Regina Bastos e Carlos Coelho questionam Comissão Europeia sobre eventual violação das leis de protecção ao consumidor por parte da Apple

Os eurodeputados social-democratas **Regina Bastos** e **Carlos Coelho** questionaram a Comissão Europeia sobre a eventual **violação dos direitos dos consumidores europeus por parte da multinacional Apple**.

Os eurodeputados recordaram que nos termos da Legislação Europeia (Directiva 1999/44/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de Maio de 1999 relativa a certos aspectos da venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas) sempre que um consumidor adquira um produto na União Europeia, dispõe de **dois anos para pedir a sua reparação ou substituição** caso o produto avarie

ou não funcione como anunciado.

Ora ao revés desta disposição normativa, notam Carlos Coelho e Regina Bastos que os consumidores europeus que adquiriram, na União Europeia, **produtos da marca Apple** são informados, aquando da compra, de que **a garantia é apenas válida por um ano** figurando a mesma informação no sítio da Apple, onde se refere: "Limites da garantia a um (1) ano".

Estas disposições parecem estar em clara contradição com as normas europeias relativas às garantias dos produtos adquiridos na UE lesando, desse modo, os consumidores europeus. [E](#)

Regina Bastos apoia Decisão europeia de protecção

A vítima de um crime que beneficie de uma medida de protecção num país da UE poderá continuar a ser protegida caso decida mudar para outro Estado-Membro.

Todos os Estados-Membros dispõem de medidas de protecção para as vítimas de crimes. Todavia essas medidas cessam quando essas pessoas atravessam as fron-

teiras do país.

"Com a aprovação do presente relatório, que apoiei, a vítima de um crime que beneficie de uma medida de protecção num país da UE poderá continuar a ser protegida caso decida mudar para outro Estado-Membro".

A nova "decisão europeia de protecção" es-

tará disponível, por exemplo, para vítimas de violência doméstica, assédio, rapto, perseguição ou tentativa de homicídio.

Para além da protecção da vítima poderá igualmente ser solicitada uma decisão europeia de protecção para os familiares das vítimas, no caso destes beneficiarem de uma medida de protecção a nível nacional. [E](#)

Patrão Neves recebe direcção da CAP em Bruxelas



A Eurodeputada organizou reuniões e debates com representantes da Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Imprensa, no contexto das propostas legislativas para reforma da PAC.

Patrão Neves foi a anfitriã de uma missão da direcção da CAP a Bruxelas.

A Confederação dos agricultores de Portugal esteve em Bruxelas de 21 a 23 de Novembro, a convite da Eurodeputada Patrão Neves. **Presidente, directores e secretário-geral formavam uma comitiva de 20 pessoas** que veio a Bruxelas para comunicar as suas preocupações/sugestões, no contexto das propostas legislativas para a reforma da PAC, apresentadas pelo Comissário no dia 12 de Outubro. O primeiro momento desta missão a Bruxelas foi o jantar de dia 21 com a presença da toda a delegação na CAP e vários jornalistas portugueses acreditados em Bruxelas. Estando a agricultura na ordem do dia e com um interesse crescente, demonstrado pela imprensa portuguesa nestes últimos meses, este evento serviu para inteirar os jornalistas acerca do actual contexto de reforma, assim como proporcionar um contacto informal entre jornalistas e dirigentes associativos.

No dia 22 de Novembro, pela manhã, foi organizada uma sessão de debate sobre a reforma da PAC, entre a comitiva da CAP e a Eurodeputada para reflexão sobre os elementos essenciais das propostas legislativas da PAC. O presidente, João Machado, o Secretário Geral, Luis Mira e os vários

directores anteciparam problemas concretos, identificando os sectores e as regiões de que são oriundos e as dificuldades que se podem, desde já, antecipar. Os pontos específicos identificados como muito relevantes no final desta sessão foram a **injustiça da fórmula proposta pela Comissão Europeia para a redistribuição das ajudas directas**, pois Portugal, de acordo com as intenções da Comissão, continuará muito abaixo da média europeia; o desfasamento da implementação da distribuição do novo sistema de ajudas, em termos nacionais e em termos comunitários; a necessidade de assegurar a continuidade dos pagamentos ligados, em segmentos da produção específicos como as vacas aleitante, ovinos e caprinos; a necessidade de integrar medidas ambientais mais adaptadas aos países do Sul; o imperativo de garantir que a protecção integrada possa fazer parte do greening; a obrigatoriedade de o regadio ter cabimentação nas futuras medidas; garantir a adaptação do regime de jovens agricultores com majoração moderada para jovens agricultores que não precisem de uma primeira instalação, mas que assumem o comando de explorações já existentes; o reforço das organizações de produtores, dentro das OCM's já existentes; reforço das medidas discriminatórias positivas para as zonas com condicionantes naturais e finalmente a necessidade de garantir o alinhamento aos standards qualitativos UE de produção para os produtos importados de países terceiros.

Depois deste debate, foi realizado um almoço de trabalho onde foram discutidos o tema da das relações entre produtores/

fornecedores e grande distribuição, tendo a Eurodeputada apresentado a resolução, como relatora do PPE para esta matéria. Os intervenientes chamaram a atenção para o facto de em certos sectores, como a floresta, ser a própria **indústria a responsável pelo esmagamento dos preços à produção**. Foi ainda abordado o dossier do leite, em que Patrão Neves deu a conhecer aos presentes o resultado do trilogio em que apesar da insistência do PE, o Conselho não concorda com a imposição de contratos obrigatórios ao nível comunitário. A Eurodeputada e os presentes criticaram a Comissão Europeia pela falta de apresentação de alternativas ao sistema de quotas, ficando o mercado no pós 2014, aparentemente, sem qualquer sistema de regulação.

Ainda no dia 22, mas já da parte da tarde foram feitas duas apresentações, pagamentos directos e desenvolvimento rural pela Comissão europeia, seguidas de debate. Seguiu-se a presença do grupo na Comissão de agricultura para assistirem à apresentação do estudo de impacto das propostas legislativas. Nesta sessão da Comissão de agricultura Patrão Neves fez uma intervenção logo a seguir à apresentação, pela Comissão Europeia, resumindo as preocupações trabalhadas em conjunto com a CAP durante as reuniões dos dias 21 e 22. Com uma intervenção de quatro minutos a intervenção abordou sobretudo os aspectos da iniquidade da redistribuição e sua aplicação prática, em termos de calendário e a percentagem exagerada das medidas de greening, assim como a limitação da lista de medidas propostas, sobretudo para países do Sul. 

Regina Bastos participa na Conferência de Imprensa da Comissão Europeia para a apresentação dos novos Programas “Justiça” e “Direitos e Cidadania”

Daphne é o único programa europeu que tem como objectivo contribuir para a protecção das crianças, dos jovens e das mulheres contra todas as formas de violência

A Deputada Regina Bastos participou numa Conferência de Imprensa com a Comissária **Vivianne Reding** sobre a apresentação dos Programas “Justiça” e “Direitos e Cidadania” para o período 2014-2020.

Enquanto relatora do Parlamento Europeu para o relatório de avaliação e perspectivas



futuras do Programa Daphne, a deputada Regina Bastos sublinhou que a sua principal

preocupação é de salvaguardar os objectivos do programa para o período de 2014-2020, mantendo o seu financiamento ao mesmo nível dos programas anteriores, e garantir a sua visibilidade no seio do futuro programa “Direitos e Cidadania”.

A deputada Regina Bastos mostrou-se satisfeita com as declarações da Comissária Reding ao confirmar que estas condições estão garantidas apesar do programa Daphne estar integrado num programa mais vasto. 

Foi votada por larga maioria a resolução da Eurodeputada Patrão Neves sobre os desequilíbrios da cadeia de distribuição alimentar

A resolução propõe modificações do quadro legal, nomeadamente alterações ao direito da concorrência, conjuntamente com novos acordos voluntários de auto-regulação

Foi votada, em Estrasburgo, por uma larga maioria, a Resolução do PPE, da autoria da eurodeputada do PSD **Maria do Céu Patrão Neves**, sobre os “desequilíbrios da cadeia de distribuição alimentar”.

Esta Resolução, agora adoptada pelo Parlamento Europeu, coloca na agenda europeia um problema que desde há muito vem afectando o sector agro-alimentar na União Europeia, a saber, o do acentuado desequilíbrio de força negocial e de rendimento ao longo

da cadeia da produção à distribuição, com um esmagamento de preços a montante e de uma concentração de lucros a jusante. Esta situação agravou-se recentemente em Portugal com a venda de leite, por algumas grandes superfícies, abaixo do seu preço de produção, protestos de rua de produtores e ainda uma fiscalização da ASAE que resultou na apreensão de leite em grandes superfícies.

Patrão Neves considera que “os actuais graves desequilíbrios na cadeia de distribuição alimentar devem ser corrigidos com a maior urgência, nomeadamente no que se refere a: abusos de poder de compra dominante, cláusulas contratuais abusivas, atrasos nos pagamentos, modificações contratuais unilaterais, restrição do acesso ao mercado.”

A Eurodeputada defende que “a falta de informação sobre a formação de preços, distribuição desequilibrada das margens de lucro ao longo de toda a cadeia alimentar e uma série de problemas associados com a concentração crescente no sector da distribuição fragiliza gravemente o sector produtivo, produzindo danos irreversíveis.”

Esta resolução propõe, pois, minimizar os desequilíbrios na cadeia de distribuição alimentar, combinando alteração do quadro legal, através de alterações ao direito da concorrência, conjuntamente com novos acordos voluntários de auto-regulação. Insiste que os Estados-Membros deveriam promover o desenvolvimento de códigos de boas práticas e/ou códigos de conduta. 